

Novas Sociabilidades e Miscigenação Urbana¹

Segregação Social e Territorial – Portugal e França em confronto

Roselyne de Villanova *

Resumo: A reflexão que se segue, suscitada pelo crescimento urbano periférico, organiza-se em torno de três noções: segregação, miscigenação e evolução da sociabilidade urbana. É uma reflexão que se desenvolve num vai e vem entre França e Portugal. Trata-se de propor instrumentos de reflexão e de intervenção, susceptíveis de favorecer as dinâmicas sociais e a evolução das sociabilidades, podendo assegurar a renovação da cultura urbana nos contextos de grande mobilidade geográfica.

Palavras-chave: segregação social; funcionalismo (urbano); miscigenação; interdependências urbanas; sociabilidades.

A reflexão que se segue, suscitada pelo crescimento urbano periférico, organiza-se em torno de três noções : segregação, miscigenação² e evolução da sociabilidade urbana. É uma reflexão que se desenvolve num vai e vem entre a França e Portugal. Trata-se de propor instrumentos de reflexão e de intervenção, susceptíveis de favorecer as dinâmicas sociais e a evolução das sociabilidades podendo assegurar a renovação da cultura urbana nos contextos de grande mobilidade geográfica.

A propósito da cultura urbana, valorizo, na literatura especializada algumas noções para as discutir: um certo cosmopolitismo ligado ao fluxo e à concentração de populações de diferentes origens geográficas e culturais; uma substituição dos laços comunitários de tipo aldeão pela “força dos laços frágeis”³ no espaço; uma co-presença de grupos sociais e étnicos diferenciados sem os laços de parentesco através das quais passavam as sociabilidades campesinas.

A propósito da cultura urbana poderíamos

ainda reter o que Anne Raulin (1999) chama de cultura metropolitana, cultura que a autora articula com o fenómeno de “concentração crescente de populações, actividades e riquezas” reutilizando os conceitos de François Ascher (1995). Considerando a região parisiense, a autora demonstra como a diversificação das práticas alimentares e de consumo ligadas à implantação de comerciantes de diferentes etnias, principalmente asiáticas, inventam formas de captar uma clientela diversificada, arrastando consigo novas práticas alimentares quer nos autóctones quer nos emigrantes, através de uma rede comercial profícua.

Estou tentada a aproximar a noção de cultura urbana da de qualidade urbana, e de urbanidade, desenvolvida por Vítor Matias Ferreira (2000) segundo três paradigmas: ambiente, património e espaço público. Este autor recusa uma definição de qualidade que seria apenas subjectiva. Mas poderíamos, ainda, referir os trabalhos recentes de Anne Gotman (1997) em torno da “ cidade e hospitalidade ”.

* Socióloga. Investigadora do Institut Parisien de Recherche Architecture, Urbanistique, Société (IPRAUS), da École d'Architecture de Paris-Belleville. Contacto : roselyne.devillanova@paris-belleville.archi.fr

¹ Texto publicado nos Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol.XLI, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 2001. (Tradução de Isabel Guerra e Alexandra Castro).

² Nota do tradutor: a autora utiliza sempre o conceito de *mixités* no plural. Utilizou-se, em português, o conceito no singular – miscigenação – pois tem um sentido suficientemente amplo e a sua utilização no plural é pouco frequente. Segundo a autora, o termo francês “mixités” não significa a “mistura” no sentido da mestiçagem, mas, no fundo, o contrário da segregação e separação, através da reaproximação das diferenças, das interdependências ou das complementariedades”.

³ Como lhes chama Isaac Joseph referindo a Escola de Chicago na obra, *La ville sans qualités* (1998).

O Quadro de Observação: um urbanismo contrastado

A área metropolitana de Lisboa apresenta dois movimentos de urbanização muito contrastados. É, por um lado, o processo de urbanização periférica (1960-1999) que produz alojamentos ao quilómetro e uma segregação socio-espacial em grande escala, com a única preocupação de responder quantitativamente ao fluxo, nos últimos anos, de populações de uma grande diversidade cultural; populações de origem rural, populações das antigas colónias⁴, realojados de bairros de lata. São, por outro lado, as grandes obras de Lisboa a partir dos anos oitenta, ligadas à entrada de Portugal na comunidade europeia e à exposição internacional, que valorizaram o património nacional, requalificaram as margens do Tejo e desenvolveram um espaço público moderno.

Se admitimos, como o faz Vítor Matias Ferreira (2000), que nos anos oitenta “os processos de urbanismo concretizaram-se contra a urbanidade”, como pensar então uma cultura integradora e o urbano como um cadinho onde cada grupo social e cultural, pode trazer os seus próprios recursos para o desenvolvimento? O urbano é ainda capaz de permitir o desenvolvimento de culturas populares e de *savoir-faire* vulgares? Ou vai a cultura ser totalmente institucionalizada e encerrada em monumentos como um objecto de consumo e não como um objecto de produção e de troca?

Uma tal forma de colocar o problema exige algumas clarificações: podem criticar-se as atitudes voluntaristas de intervenção no espaço, retomando um velho debate que defende que não é o espaço que condiciona os modos de vida mas é a organização social que determina o espaço.

No entanto, hoje todos estão de acordo que o espaço é a representação de uma determinada forma de organização, e age sobre os modos de vida e as mentalidades; ideia que já estava presente na Escola de Chicago⁵. Ora esta articulação entre formas e localizações do *habitat* por um lado, modos de vida e estruturas familiares por

outro, não está ainda verdadeiramente aprofundada.

Os Efeitos de uma Cultura de Separação

A lição que parece importante retirar do vasto fenómeno de segregação espacial e social, largamente descrito nas publicações francesas e denunciado nos artigos portugueses, é uma cultura de separação que gera esta espiral de segregação e empurra os grupos populares menos favorecidos para as periferias. Este movimento desenvolve-se na maioria dos países europeus, mais cedo em França do que em Portugal⁶. Esta cultura é modelada pelos modos de vida e enraíza-se no espírito dos habitantes, dos urbanistas, dos políticos e de muitos especialistas. Estes consideram o fenómeno como inelutável, articulado com uma história muito antiga e confundem assim formas de separação que não são comparáveis. Questionar um tal movimento parece-lhes apanágio da utopia, enquanto que o que está em causa é sobretudo a incapacidade de romper com um modelo e uma prática adquirida.

A segregação a larga escala, não pode, de facto, ser confundida com um sinal de separação entre as classes sociais, tal como existiam antes (e ainda existem nalguns bairros antigos) quando as diferenças se marcavam entre os andares de um imóvel ou entre imóveis da rua ou do bairro. Isto não suprime as contiguidades, as interacções entre empregador/empregado, a partilha de certos espaços, como os dos serviços municipais, a escola do bairro, o encontro nas comemorações ou nas actividades festivas. Nos bairros antigos, os pequenos comerciantes frequentemente ainda habitam por cima da sua loja e coexistem com outras categorias sociais. Distância social na proximidade espacial associava-se de facto a uma multiplicidade de sinais de reconhecimento.

Philippe Ariès distingue a cidade pré-industrial, onde as diversas categorias sociais coexistem através “de uma nova organização espacial na qual, concomitantemente com um refinamento da diferenciação social entre a aris-

⁴ Os portugueses “retornados” nos anos 70 atingiam cerca de 500 000 pessoas, os imigrantes de todos os níveis, em 1997-1998 eram próximo de 200 000 (fontes do Ministério da Administração Interna/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) com um predomínio dos trabalhadores cabo-verdianos (22% do total), com origem pobre e sem qualificação concentrados em zonas de *habitat* social (ou degradado) nas periferias de Lisboa e Porto.

⁵ Cf. Grafmeyer, Y, Joseph, I. (1984).

⁶ Em França, é em 1931, que a população urbana ultrapassa a população rural: hoje, três franceses em quatro vivem num concelho classificado como urbano pelo INSEE. Em Portugal, a ruralidade predominou até aos anos 60 e é no final dos anos 80 que emerge uma geração de nascimento suburbano (Cf. João Ferrão, 1996).

tocracia, a burguesia e o proletariado, emergem bairros homogêneos”⁷. Teria havido, até ao século XIX, segundo Jacques Donzelot, uma “segregação associada”, na qual os diferentes grupos sociais partilhavam os interesses comuns e onde a solidariedade orgânica prevalecia sobre a conflitualidade. Existiria hoje uma “segregação dissociada”, característica da nossa época, onde os diferentes grupos sociais nada têm em comum.

Ora, o que quero salientar, é que a organização espacial do urbanismo moderno e pós-moderno, opondo centro e periferia, produz em larga escala, uma segregação que contamina as mentalidades e gera *habitus*. O mercado de trabalho está longe do horizonte dos jovens porque a sua inacessibilidade é simultaneamente prática e simbólica. A separação geográfica das classes sociais alimenta um imaginário negativo sobre o outro e cimenta um discurso ideológico de uns sobre os outros sem que o acesso generalizado à informação e à comunicação, permitido pelas novas tecnologias, consiga contrariar tais fenómenos.

O crescimento do modelo de zonamento vai marcar durante muito tempo a intervenção urbanística. É a resposta quantitativa à urgência das necessidades de alojamento que alimenta este modelo de separação. Em França aparece depois da guerra devido à necessidade de reconstrução lançada pelo Estado com o apoio dos engenheiros da escola de *Ponts et Chaussées*⁸ e pelos autarcas do governo de Vichy com a mesma origem técnica. Os grandes conjuntos habitacionais vão multiplicar-se nas periferias pois trata-se de construir muito e depressa:

“A repetição lancinante das mesmas portadas e escadarias de acesso, o aspecto miserável dos espaços verdes maltratados, a sucessão de parques de estacionamento e a indigência do comércio e dos serviços de proximidade, participam igualmente da perda de sentido da urbanidade que se torna manifesta nestas realizações. Todos estes espaços colectivos são reduzidos à estrita funcionalidade dos espaços de circulação comuns, sem imaginação nem organização própria” (Fixot, 1999).

François Ascher (1995) qualifica o período do urbanismo moderno como “taylor-ford-keynesio-corbusiano” na utilização da especialização das funções e da simplificação. O autor cita

Corbusier: “As chaves do urbanismo residem em quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se nas horas livres e circular (...) O círculo das funções quotidianas será regulado pelo urbanismo, na economia de tempo mais restrita, a habitação sendo considerada como o centro das preocupações urbanísticas e o ponto de estruturação de todas as medidas (...) o zonamento, considerando as funções chave (...) organizará o território urbano”. Apesar de Le Corbusier não ter conseguido fazer passar todas as suas ideias e ter sido muito contestado pelo poder de então e rejeitado no seu país natal, a Suíça, F. Ascher considera “que uma tendência fordiana marcou duravelmente as cidades europeias do pós-guerra”. Acrescentaria que Le Corbusier conseguiu criar o estado de espírito da série “o estado de espírito de habitar casas em série, o estado de espírito de conceber casas em série”; este modelo estruturou as formas de ver, de decidir e de aceitar.

A especialização e a separação das funções urbanas com maiores consequências foi a que separou as actividades económicas das zonas residenciais (cidades-dormitório); seguidamente vem a separação dos grupos sociais, tendo como corolário, uma hierarquização da importância dos equipamentos, das formas de gestão com base em critérios económicos e sociais. Foi assim que se equipou melhor o centro do que a periferia, os bairros da burguesia mais do que os bairros operários, etc., até ao ponto de se produzirem acumulações de dependências: bairros excêntricos cada vez mais isolados devido a efeitos multiplicados, afastamento dos empregos, dificuldades de acesso, sobrecarga dos equipamentos escolares, etc.

Em Portugal não existem estudos estatísticos sobre a localização de populações nas periferias do ponto de vista socio-espacial. Dispõe-se, sobretudo, de informações sobre o notável progresso do conforto dos alojamentos, um progresso que tende a esconder a natureza da urbanização e as suas consequências, quer dizer, a concentração das populações desfavorecidas, o desequilíbrio dos grupos etários (vagas de adolescentes fruto do reagrupamento de famílias numerosas) nas grandes aglomerações periféricas que levam ao crescimento de comportamentos desviantes, ao tráfico da droga, à violência e a um clima de insegurança⁹. Sabemos, no entanto,

⁷ Philippe Ariès (1948) *Histoire des populations françaises et de leur attitude devant la vie depuis le XVIIIème siècle*, Paris, éd. Self, citado por Patrick Simon (1994).

⁸ Nota do tradutor: célebre Faculdade de Engenharia francesa.

⁹ Cf. Isabel Guerra (1994).



Foto de Elisabete Lopes

até que ponto a envolvente territorial, origina efeitos que depressa se tornam uma mancha de óleo, no caso, a ocorrência de comportamentos desviantes influenciados pela proximidade.

Marielle Christine Gros (1980) salienta os fenómenos segregativos que se desenvolvem desde os anos sessenta com a política de habitação social do Estado Novo. Lembremos, a este propósito, que alguns planos dos anos de construção das cidades periféricas francesas (onde hoje fazemos implodir as torres) serviram para construir, mais tarde, certas periferias de Lisboa.

Vítor Matias Ferreira (2000) denunciou recentemente a segmentação e a segregação acentuada da população no território português, considerando que a inclusão (termo que prefere ao de integração) é socialmente discriminada, politicamente controlada e ideologicamente condicionada. Podemos multiplicar os exemplos que testemunham esta cultura de separação e os *habitus* que dela decorrem, processos imbricados de difícil retorno.

Mas também os políticos não pretendem reequilibrar os seus concelhos: os comunistas não pretendem construções burguesas, os presidentes das câmaras de direita não querem alojamentos sociais a fim de conservar o seu eleitorado. Os proprietários temem a desvalorização dos seus bens no mercado imobiliário se o sítio onde habitam se torna misto, mesmo se, simultaneamente, ele passa do bairro de moradias ao tipo urbano, com o que isso supõe de equipamentos e actividades. Isso reenvia aos processos económicos ligados ao mercado fundiário.

A cultura da separação interiorizada nos habitantes vem, quer do modelo de urbanização no qual vivem, quer da sua cultura de origem rural. Isabel Guerra (2000), num relatório sobre a qualidade de vida nas periferias, escreve: “Os habitantes apreciam a homogeneidade social e étnica nos espaços de vizinhança. Pode atribuir-se essa atitude, pelo menos parcialmente, à origem rural recente destas populações”. Este funcionamento lembra o dos imigrantes portugueses na região parisiense: a primeira geração

escolhia os locais que frequentava em função da pertença à mesma aldeia. Um português de uma outra região era ignorado. Encontrava-se também a forte oposição norte/sul, mas os que não tinham ninguém da sua aldeia poderiam sofrer de um isolamento total¹⁰.

Miscigenação e Interdependências

Da experiência da segregação, e do custo das políticas sociais destinadas a limitar as suas consequências nefastas, nasceu a reflexão e o debate sobre a miscigenação urbana. Hoje, a preocupação do pensamento urbanístico centra-se na procura da miscigenação em detrimento do zonamento e do pensamento funcionalista que prevaleceu até aqui, como o lembra François Ascher na citação precedente, embora o debate sobre esta questão não tenha ainda atingido consenso.

As novas zonas de urbanização integrada começam, em França, a prever a mistura de categorias de alojamento mas limitam-se frequentemente à proximidade entre o alojamento social de arrendamento e o privado em ascensão e, por vezes, na inclusão de escritórios e habitação. As experiências de proximidade de populações socialmente diferentes, têm originado, em França como noutros países, problemas de vizinhança¹¹. De facto, os estudos sobre a miscigenação reduzem-se, na maioria das vezes, a uma avaliação das relações de vizinhança, quer dizer à miscigenação social, e o debate reduz-se então à questão: devem misturar-se os ricos e os pobres, ou isso é uma utopia?

Sabemos, hoje, que rever a escala das intervenções no espaço (que se apoiavam até hoje num princípio de tábua rasa) seria uma das respostas para inverter este movimento de urbanização; mas as operações de manutenção da população, no contexto de uma operação de renovação de um bairro histórico, são pouco numerosas.

O estudo da área metropolitana do Porto, realizada por Nuno Portas e a sua equipa, propõe precisamente um plano de urbanização que intervém a uma escala menor e considera o desenvolvimento difuso da miscigenação das actividades, de tecidos (rural/urbano)...

Se proponho o termo *mixités* no plural é porque se trata, em primeiro lugar, de reconstruir a noção na sua globalidade, no sentido inverso da sua utilização habitual, fazendo apelo a todos os seus atributos e às suas interdependências para estudar as condições da sua viabilidade prática.

Trata-se, ao mesmo tempo, do social, do funcional, das formas construídas, da paisagem. É o estudo das interdependências, que se deve distinguir das atitudes voluntaristas e irrealistas de querer fazer coabitar populações que não o desejam. A miscigenação social das populações, assim como das populações de origem cultural diferente, só se produzem porque entre elas há trocas de ordem económica, em função do que cada um pode produzir ou consumir, ser empregador ou empregado. Implicam, assim, papéis complementares. A miscigenação das actividades e do *habitat* suscita aproximações porque a mistura social sem mediações, pela simples coabitação residencial, é utópica. A mistura dos estatutos residenciais é igualmente de considerar, na medida em que aproxima locatários e proprietários, quer dizer, populações que podem estar em situação de mobilidade residencial.

A miscigenação do *habitat* diz respeito a tipologias que aproximam (em lugar de separarem) o *habitat* individual, as moradias em banda, os edifícios colectivos; contribui assim, pelos estatutos e tipologias diferenciadas, a misturas de populações e de usos, permitindo sair da oposição entre bairros centrais e bairros de moradias. Conceber os alojamentos de diferentes dimensões, num mesmo imóvel, permite reequilibrar as estruturas familiares, de forma a não reagrupar famílias numerosas que são frequentemente as mais pobres mas frequentemente também as mais sociáveis. A dimensão dos alojamentos intervém igualmente sobre os grupos etários e a aproximação entre pessoas só e famílias com crianças. Os desequilíbrios de população são um factor importante na crise das periferias gerando, por exemplo, uma vaga de adolescentes sobre-representados em relação aos adultos que sobrecarregam os equipamentos e intensificarão os comportamentos delinquentes.

Poderíamos ainda conceber, e aproximar, as categorias de alojamentos individuais, vindas de processos construtivos diferentes integrando a auto-construção parcial. Enfim, aliar o vegetal ao mineral na medida em que as referências ao rural no urbano são factores de integração para aqueles

¹⁰ Cf. Roselyne de Villanova (1989).

¹¹ Cf. Dansereau, Francine (1992).

cujas origens não são urbanas, ou para aqueles que procuram as formas de dupla residência¹². É ainda uma oferta de diversificação de actividades.

Assim, favorecer a diversidade de actividades provoca a diversidade das populações, tal como a diversidade do *habitat* provoca a aproximação de populações de culturas diferentes produzindo interdependências. Podemos considerar estas interdependências partindo da mistura entre equipamentos sociais, comerciais, pequenas actividades do sector secundário (oficinas de reparação ou de produção cuja extinção se faz cada vez mais sentir). As periferias não se definiriam, então, como dependentes do centro, como a orla ou a margem, mas como bairros relativamente autónomos, criadores de novas riquezas.

Dos Laços Comunitários às Novas Formas de Sociabilidade

Se com a mobilidade das populações, e as novas formas urbanas, é possível considerar que se passa das solidariedades comunitárias à urbanidade, aos laços fracos, essas interacções reorganizam-se e não se generalizam, apenas através da co-presença no espaço público.

Os laços fracos, a gestão das relações no espaço público feitos de uma certa promiscuidade e heterogeneidade, não podem substituir um outro nível de laços sociais estruturados através da família, de grupos de actividades em comum, de redes associativas ou de amizade, etc. Os diferentes níveis agem uns sobre os outros da mesma forma que as relações entre o dentro e o fora (excepção, talvez, nas culturas que impõem a separação segundo os sexos e mantêm relações fortemente perturbadas). É o que se pode afirmar quando nos referimos à trajectória dos grupos sociais.

Em Portugal, a capacidade de contacto é grande, muito diferente da região parisiense, nomeadamente através da espontaneidade das interacções no espaço público. Este saber encontra-se nos imigrantes, através dos laços que eles são capazes de estabelecer com os seus empregadores que se sobrepõem, ou ultrapassam, as relações hierárquicas codificadas ou simplesmente paternalistas. As relações no quadro institucional não são tão distantes como em França.

Por outro lado, é certo que uma passagem das relações comunitárias da sociedade rural para os laços fracos, como acontece nos espaços públicos das cidades europeias, acaba por acontecer; mas os imigrantes desenvolverão, paralelamente, outros tipos de relações em redes de ajuda e de interesses, em fileiras (profissionais, por exemplo), bem como relações familiares ou sociais deslocalizadas. Como demonstra Isabel Guerra (1998), os habitantes de moradias na periferia de Lisboa, sem licença de construção, têm a capacidade de recriar laços familiares e sociais



Foto de Alexandra Castro

deslocalizados, o mesmo não sucedendo nos habitantes realojados em bairros de habitação social. Estes fecham-se no seu alojamento e vivem na nostalgia da sua antiga rede social no espaço rural com os seus espaços comunitários (forno de pão, café, junta...). A situação dos habitantes de um bairro de Telheiras, em Lisboa, igualmente estudado, é muito diferente: estas famílias de classe média representam positivamente o bairro, mas praticam, sobretudo, uma vida social deslocalizada, que se estende a outros espaços, e não uma vida comunitária mais local. Poder-se-ia concluir que certos grupos sociais não têm os meios de recriar laços deslocalizados, fechando-se sobre o alojamento quando a vida de bairro e as relações de proximidade não existem. Neste sentido o quadro urbano é claramente deficitário.

De facto, se se observam outros bairros de Lisboa, onde os laços sociais locais estão sempre vivos, poder-se-ia questionar se se tratam apenas de sobrevivências do passado (é o caso, por exemplo, do Bairro Alto, Bairro da Bica¹³ ou do Telheiro de São Vicente de Fora). Aqui encon-

¹² Portugal é o país da Europa que apresenta a mais alta taxa de residências secundárias (Fonte: Patrick de la Morvonnais, 1977).

¹³ Para um maior aprofundamento ver Cordeiro (1997).

tram-se entreajudas e solidariedades de tipo comunitário, incapazes de serem substituídas por instituições de protecção social, mesmo as mais organizadas, já que estas produzem assistência e não uma relação de troca. Ora, o estudo dos grupos étnicos em França ensina-nos, precisamente, este sentido da entreajuda como uma relação de troca, sendo os asiáticos um caso exemplar. Não há, pois, excluídos, no sentido da exclusão que é produzida na cidade e na periferia.

Segundo o estudo de Firmino da Costa (1999), o Bairro de Alfama oferece um outro exemplo de uma intensa vida social local: existe uma certa mistura social (camadas populares e intelectuais, artistas...), o bairro não conhece a segregação espacial gerada pela política urbana do capitalismo industrial; o bairro possui a característica que Eric Hobsbawen (1959: 112-128) atribui às cidades comerciais e marítimas da área mediterrânea. Alfama continua a apresentar um tecido social desigualitário de dominação paternalista e de clientelismo popular, mas com uma dimensão cultural forte, integrando-se nas relações sociais modernas.

Todos estes bairros não funcionam como bolsas residuais, mas contribuiriam para o desenvolvimento urbano com os seus recursos culturais próprios, estimulados pelo próprio meio. O Bairro de Belleville, em Paris, por exemplo, que suscitou numerosos estudos por ser exemplar de uma identidade local, de uma animação nocturna em torno de restaurantes, de uma actividade comercial intensa, de múltiplos *ateliers* de produção, testemunha um tecido urbano rico e complexo com uma estrutura social e étnica diversificada. Nem a história, nem a antiguidade, nem a instalação dos asiáticos, são por si próprios explicativos da vida local na diversidade das actividades que dão ao bairro o seu carácter e a sua autonomia.

Assim, entre as cidades novas¹⁴, que ainda se limitam a uma soma de construções, não favorecendo o desenvolvimento da riqueza e da diversidade do tecido social e uma urbanidade integradora, Marne la Vallée suscita um interesse especial: os asiáticos que se tornam proprietários, a pouco e pouco foram implantando os seus comércios na cidade, em função das práticas de consumo locais. Aí se implantaram com as suas práticas culturais e o seu *savoir-faire*, a sua capacidade de jogar entre duas culturas, a criar

circulação entre elas, como sucede nos bairros de Paris onde se instalaram¹⁵. O papel dos asiáticos neste sentido é importante. Eles desenvolvem na cidade nova uma vida local própria que não se limita aos horários dos escritórios, em torno da troca comercial e da expansão de lugares de restauração rápida a bom preço que tendem a retomar os antigos restaurantes populares dos bairros parisienses, hoje raros, mas que se oferecem, em qualquer momento, à convivialidade entre amigos e às saídas familiares. Estes lugares urbanos, mais antigos ou mais novos, opõem-se a bairros ou a cidades que recebem repetições de antenas de grandes empresas comerciais, semelhantes entre si, que servem a clientela das sedes sociais das empresas. As cidades-escritório respondem as cidades-dormitório com ritmos igualmente artificiais e produtores de insegurança. Cria-se uma forte especulação sobre os preços, uma homogeneidade total das práticas de consumo e fracas relações sociais comandadas por uma lógica externa, funcionando com empregados que não se apropriam do seu lugar comercial. É o caso, por exemplo, do Bairro da *Défense*, em Paris.

Interdependências Económicas e Espaços de Sociabilidade

Será conveniente pensar as interdependências, através das quais podem evoluir as sociabilidades, estudar os recursos das populações em situação de mobilidade geográfica por meio de análises antropológicas, suscitar as dinâmicas dos grupos sociais mais envolvidos que possam levar os outros a criar uma cultura migratória, urbana, pois detêm um *savoir-faire* “exportável”, de forma a não produzir uma urbanização de realojados que se tornam “condenados à residência”, longe das actividades, das bolsas de emprego, das redes de entreajuda, no fundo, dependentes das ajudas sociais.

A mistura social e cultural reenvia à questão do “fazer em conjunto”, para retomar a expressão de François Laplantine (1999) e não à separação, ou ao “não-viver em conjunto”, como Henri Gaudin denomina os grandes conjuntos habitacionais (1995), mas a uma alteridade positiva.

Na ausência de segregação residencial a grande escala, a sociabilidade exercer-se-ia

¹⁴ Sobre a urbanidade das cidades novas ver Jean-Michel Léger (1998).

¹⁵ Nomeadamente Belleville e o XIII^e arrondissement. Para avançar estas notas, apoiei-me no trabalho de Anne Raulin (1999) relativo à instalação de refugiados asiáticos.



Foto de Pedro Corte-Real

a níveis de relações, cuja intensidade variaria em função dos espaços e das actividades; o que pressupõe, então, que as hierarquias e as escalas sejam tratadas urbanisticamente. Penso naquilo que se denomina de exteriores do alojamento, ou nos espaços intermediários, que organizam o espaço entre as habitações e a cidade, entre o mais nobre e o mais vulgar, entre o público e o privado, entre o íntimo e o colectivo. Parecem-me bastante bem concebidos, em Portugal, nas habitações de cooperativas e não nos bairros de habitação social. “Le dedans n’est qu’un pli du dehors et il n’est jamais question que de gradient d’ouverture ou de fermeture” (Gaudin, 1995) e um exterior não vivencial enfraquece a subjectividade mesmo se as normas de conforto aumentaram. As transições e as passagens que hierarquizam, diferenciam social e funcionalmente, exercem igualmente o seu papel de referência e de codificação das interações e da leitura.

Penso na casa de porteira, tão importante no urbanismo parisiense. A porteira circula entre o imóvel e o espaço público do bairro onde ela exerce um papel, quer porque efectua um trabalho doméstico nos prédios da vizinhança, quer porque mantém uma rede relacional com as outras porteiras, algumas da sua própria família, e com os comerciantes, exercendo, assim, uma vigilância das entradas, do espaço colectivo e

privado do imóvel. É um exemplo que ilustra uma situação francesa, mais do que portuguesa, pois os seguros dos condomínios não são comparáveis. A sua presença contínua no bairro substitui as longas ausências dos agregados familiares activos.

Como demonstra C. Leite (1994), o papel das porteiras não se reduz às funções estabelecidas no contrato de trabalho. Se as porteiras proporcionam aos habitantes os pequenos serviços, estes agem em reciprocidade, ajudando, por exemplo, os seus filhos na realização dos trabalhos escolares, dando informações sobre processos administrativos, etc. Toda uma actividade de trocas não quantificáveis que se podem assemelhar ao paternalismo, mas que exerce um papel importante de promoção social, quer funcional quer por identificação ao modelo dominante (as famílias do imóvel ou do meio envolvente); o que a instituição democrática não consegue fazer por si só (veja-se o insucesso escolar ou o não funcionamento dos organismos de informação).

O processo de construção das identificações positivas necessita da diversidade social, mesmo se esta última não dilui a percepção das diferenças sociais, o sentimento de minoria ou certos conflitos. Isaac Joseph cita na obra *L’École de Chicago* (1984) um exemplo sobre a vizinhança estudado por McKenzie que pode ilustrar este

fenómeno; ele constata que os Negros no enclave do bairro branco favorecido de Hilltop, em Columbus, são os mais organizados e os menos delinquentes de toda a aglomeração.

As interdependências económicas resultam de relações formais, mas também de relações informais que tanto se sobrepõem, como são independentes. Assim é, o papel da porteira, mas também o papel do cliente-comerciante, desde que este pressuponha uma relação personalizada de entreajuda (é o caso, por exemplo, do comerciante relativamente a um cliente idoso e que vive só). Cada cultura contribui com o seu *savoir-faire* que se apoia, muitas vezes sobre práticas antigas.

É possível verificar como funcionam eficazmente as redes de entreajuda dos imigrantes portugueses para a auto-reabilitação das suas casas na periferia parisiense¹⁶, como na reabilitação de vilas na região de Clermont-Ferrand¹⁷. Utilizam as antigas formas de troca rural no momento de realização de uma série de tarefas, insistindo muitos deles na importância de pertencer a uma mesma região.

A pesquisa sobre os grupos étnicos, quer a realizada nos Estados Unidos quer a realizada mais tardiamente na Europa, permite sublinhar o papel da diversidade de culturas na produção de interdependências económicas e questionar os fenómenos de segregação em grande escala e de funcionalismo urbanístico. Num artigo recente, Saskia Sassen (1994) escreve “La transformation socio-économique de la population résidente a son propre effet ‘autonome’ sur l’espace de la ville. La croissance des populations à haut et à bas revenu fait proliférer les petites entreprises, mais selon deux types très différents: certains approvisionnent le marché vers le bas, d’autres vers le haut. Mais les deux incluent non seule-

ment les services et la vente au détail, mais aussi certains types de fabrication. En fait, chacune des populations à fort et à faible revenus contribue à une croissance de la demande de biens produits en petites séries et localement... La prolifération des petites entreprises nous montre qu’une localisation urbaine du travail est possible et que des entreprises de quartier se développent au même moment où les firmes du marché global dominant l’économie de la ville”.

Enfim, e para concluir, a última referência que me parece importante esclarecer prende-se com os ritmos urbanos. Conhece-se, há já algum tempo, o papel das práticas étnicas do comércio, na abertura nocturna ou em dias festivos. É possível opô-los aos espaços dos centros comerciais, galerias imensas e desertas à noite, às gares das periferias onde apesar dos comboios ainda circular, os pequenos comércios e as bilheteiras estão fechadas. A presença humana e activa na cidade continua ligada a diferentes modos de vida e exerce um papel não negligenciável na segurança urbana.

Existem ruas de Nova Iorque com uma sucessão de pequenos comércios, sobretudo, de vestuário: um lado da rua está fechado ao sábado, o outro ao domingo, pois cada lado está ocupado por populações, cujas práticas religiosas são diferentes, ainda que o comércio se desenvolva com continuidade. A uma escala menor, encontram-se ritmos equivalente em certos bairros da região parisiense.

Se certas migrações são mais dinâmicas que outras em função da sua história, as políticas urbanísticas e sociais não deixam de ser importantes para suscitar interdependências. Parece-me que a cultura urbana moderna deve caracterizar-se pela alteridade produtiva das miscigenações.

Referências Bibliográficas

ASCHER, F. (1995), *Métapolis ou l’avenir des villes*, Paris, éd. d’Odile Jacob.

BAROU, J.; MIRANDA, A.; PRADO, P. (1997) *Nouveaux usages de la campagne et patrimoine*, Rapport du Ministère de la Culture, Mission du Patrimoine ethnologique.

CORDEIRO, G. I. (1997), *Um Lugar na cidade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

DANSEREAU, F. (1992), “Ségrégation, mixité sociale,

cohabitation: bref retour sur quelques notions magiques” (communication présentée à la 5^{ème} Conférence internationale de recherche sur l’habitat), in *À la croisée des chemins*, Montréal, 7-10, juillet 1992.

HOBBSAWAN, E. (1959) *Rebeldes Primitivos: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar éd., 1978.

FERRÃO, J. (1996), “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico ‘moderno’”, in *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, organização A. Barreto, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 165-190.

¹⁶ Para um maior aprofundamento desta questão ver R. de Villanova (1998).

¹⁷ Barou, Jacques; Miranda, Adelina; Prado, Patrick (1997).

- COSTA, A.F. (1999), *Sociedade de Bairro, Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- FIXOT, A.M. (1999), “Villes bonnes à vivre, villes invivables”, *Urbanisme, utilitarisme et démocratie*, revue du MAUSS, n°14, 2^{ème} semestre, éd. La Découverte.
- GAUDIN, H. (1995), “Seuil et totem”, in *Prendre Place, espace public et culture dramatique*, textes réunis par I. Joseph, Actes du Colloque de Cerisy, 1993, éd. Recherches/Plan Urbain.
- GOTMAN, A. (1997), “L’hospitalité”, *Communication*, n°65, Paris, Le Seuil.
- GRAFMEYER, Y., JOSEPH, I. (1984), (org.) *L’école de Chicago, naissance de l’écologie urbaine*, 2^{ème} éd., Paris, Aubier éd.
- GROS, M. C. (1980), “Pequena história do Alojamento Social em Portugal”, *Sociedade e Território*, n° 20, 1980, pp. 80-81.
- GUERRA, I. (1994), “As pessoas não são coisas que se põem em gavetas”, *Sociedade e Território*, n° 20, pp. 11-17.
- GUERRA, I. (1998), “Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”, in *Sociedade e Território*, n° 25-26, pp. 118-129.
- GUERRA, I. (coord.) (2000), *Qualidade da vida nas periferias*, Relatório final, Centro de Estudos Territoriais, Janeiro 2000, ISCTE, Lisboa.
- JOSEPH, I. (1998), *La ville sans qualités*, Paris, éd. De l’Aube.
- LAPLANTINE, F. (1999), *Je, nous et les autres*, Paris, Dominos, Flammarion.
- LÉGER, J.M (1998), “Interrogando a urbanidade das novas urbanizações: o caso das cidades novas da região parisiense”, *Sociedade e Território*, n° 25-26, pp. 45-52
- LEITE, C. (1994), “Feminino e singular. Espaço doméstico e inserção urbana: o exemplo das porteiras portuguesas em Paris”, *Sociedade e Território*, n° 20, pp. 129-140.
- MATIAS FERREIRA, V. (2000), “Cidade e Democracia, Ambiente, Património e Espaço Público – Uma Cidadania urbana?”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, n° 1, Lisboa, CET.
- MORVONNAIS, P. (1977), *Estatísticas Nacionais*.
- RAULIN, A. (1999), *L’ethnique est quotidien*, Paris, l’Harmattan.
- SASKIA S. (1994), “L’ethnicité et l’espace dans la ville globale, une nouvelle frontière”, *Annales de la Recherche Urbaine*, n° 64, pp. 90-95.
- SIMON, P. (1994), “La politique de la ville contre la ségrégation”, in *Annales de la Recherche Urbaine*, n° 68-69.
- VILLANOVA, R. (1989), “Trajectoires résidentielles et sociabilités des immigrés portugais en France”, *Sociedade e Território*, n° 8, pp. 72-79.
- VILLANOVA, R. (1998), “Os emigrantes portugueses e a auto-reabilitação na região parisiense”, *Sociedade e Território*, n° 25-26, pp. 21-32.